



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

***Registro: 2021.0000489446***

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1003865-73.2015.8.26.0071, da Comarca de Bauru, em que é apelante LIBERTY SEGUROS S/A, são apelados RENATA RAPINI DA SILVA, MARISA MORAES RAPINI DA SILVA, MARINILSA DE SOUZA AMARO (JUSTIÇA GRATUITA), MARCELO HENRIQUE DE SOUZA AMARO (JUSTIÇA GRATUITA) e CRISTIANO DE SOUZA AMARO (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores HUGO CREPALDI (Presidente) E CLAUDIO HAMILTON.

São Paulo, 24 de junho de 2021

**MARCONDES D'ANGELO**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

***Recurso de Apelação nº 1003865-73.2015.8.26.0071.***

***Comarca: Bauru.***

***03ª Vara Cível.***

***Processo nº 1003865-73.2015.8.26.0071.***

***Prolator ( a ): Juiz Marcelo Andrade Moreira.***

***Apelante ( s ): Liberty Seguros Sociedade Anônima.***

***Apelado ( s ): Marinilsa de Souza Amaro e outros.***

***VOTO Nº 51.165/2021.-***

RECURSO - APELAÇÃO CÍVEL – ACIDENTE DE TRANSITO – ATROPELAMENTO FATAL EM FAIXA DE PEDESTRE – RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL - REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS – AÇÃO DE COBRANÇA - DENUNCIAÇÃO DA LIDE. Requerentes que narram a ocorrência de acidente fatal por atropelamento que vitimou sua familiar, filha e irmã, respectivamente. Pleito objetivando reparação moral. Denúnciação da lide da seguradora contratada pelo proprietário do veículo infrator. Sentença de parcial procedência com condenação dos requeridos ao pagamento de danos materiais e morais e da seguradora denunciada a responder pelo pagamento do valor do capital segurado previsto em apólice de seguro. Apelo apenas da seguradora denunciada. Contrariamente ao suscitado, há garantia da apólice para cobertura contra o sinistro. Culpa exclusiva da vítima não evidenciada. Havendo prova de que o atropelamento se deu enquanto a vítima caminhava sobre faixa de pedestre, demonstrada a manobra irregular do condutor do veículo segurado. Danos morais devidos e fixados em patamar condizente com a gravidade do fato, ante o lamentável óbito da vítima. Procedência. Sentença mantida. Recurso de apelação da seguradora denunciada não provido, majorada a verba honorária advocatícia prevista no parágrafo 11 do artigo 85 do Código de Processo Civil, de R\$ 4.000,00 ( quatro mil reais ) para R\$ 4.200,00 ( quatro mil e duzentos reais ), devidamente atualizada à data do efetivo pagamento.

*Vistos.*

*Cuida-se de ação de reparação de danos morais julgada parcialmente procedente pela sentença de folhas 643/653, ao fundamento de culpa da condutora requerida pelo acidente fatal, condenados os requeridos ao pagamento de danos morais no*

*importe de R\$ 100.000,00 ( cem mil reais ), em favor da requerente genitora da vítima, além de R\$ 50.000,00 ( cinqüenta mil reais ) para cada um dos 02 ( dois ) requerentes irmãos, devendo a quantia ser corrigida monetariamente e com juros de mora a partir da publicação da sentença. A lide secundária foi julgada procedente para condenar a seguradora denunciada a arcar com o pagamento do valor da condenação no limite do contrato securitário. Sucumbentes na lide principal, os requeridos deverão arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10% ( dez por cento ) sobre a condenação. Pela lide secundária, a seguradora deverá arcar com as custas e honorários de R\$ 4.000,00 ( quatro mil reais ).*

*Inconformada, recorre a seguradora denunciada objetivando a reforma do julgado ( folhas 660/672 ). Alega, em suma, ausência de cobertura para o sinistro, pois a apólice não prevê a cobertura para danos morais. Aponta a impossibilidade de interpretação extensiva sobre as cláusulas contratuais, atentando-se ao equilíbrio entre as partes e a livre manifestação de vontade assumidas na assinatura do negócio. Defende ofensa ao artigo 757 do Código Civil. Aduz que há culpa exclusiva da vítima, tendo atravessado a via de grande movimento enquanto aberta para a movimentação de veículos. Pretende seja julgada improcedente a ação; subsidiariamente, pede a redução dos danos morais, pois fixados em patamar excessivo.*

*Recurso tempestivo, devidamente preparado ( folhas 673/674 ) bem processado e respondido ( folhas 680/684 e 687/693 ), subiram os autos.*

*Petições das partes ( folhas 697, 699, 704;710 e 712 ) manifestando oposição ao julgamento virtual.*

*Vieram-me os autos.*

***Este é o relatório.***



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO  
São Paulo

*Presentes os demais requisitos de admissibilidade positivos, conhece-se do recurso.*

*Cuida-se de ação de reparação de danos morais na qual os requerentes narram atropelamento seguido de morte de Ana Carolina de Souza Amaro, respectivamente filha da requerente Marinilsa e irmã dos requerentes Cristiano e Marcelo.*

*Os recorrentes alegam que o acidente se deu por culpa exclusiva da requerida Renata Rapini, que inadvertidamente adentrou no cruzamento em que a vítima atravessava, sem contudo, observar as regras de trânsito, inclusive pelo fato de que a vítima seguia na faixa de pedestres. Pedem a condenação ao pagamento de danos morais, ausente pedido para reparação material.*

*Após a realização de prova pericial, a respeitável sentença de folhas 643/645 julgou procedente em parte a ação principal para condenar os requeridos ao pagamento de danos morais de R\$ 200.000,00 ( duzentos mil reais ), distribuídos em R\$ 100.000,00 ( cem mil reais ) à requerente Marinilsa e R\$ 50.000,00 ( cinquenta mil reais ) a cada um dos demais requerentes.*

*Face a lide secundária a seguradora denunciada foi condenada a arcar com a totalidade do valor da condenação.*

*Apenas a seguradora se insurge, alegando ausência de cobertura para o evento, ademais de culpa exclusiva da vítima.*

*Pois bem!*

*Observa-se que, de forma pretérita, houve sentença de improcedência, anulada pelo acórdão de folhas 236/239 para a realização de prova.*

*Nesta toada, procedeu-se a realização de laudo pericial.*

*A prova dos autos indica que o atropelamento ocorreu em via pública urbana, no cruzamento entre as ruas Anvar Dabus e a Avenida Getúlio Vargas, no município de Bauru/SP, em período diurno com iluminação natural e sem chuva ( vide documentos de folhas 27/96 ).*

*Consta também vídeo captado por câmeras localizadas nas proximidades, bem como “prints” do momento do acidente, demonstrando que o automóvel, que trafegava pela rua Anvar Dabus efetuou conversão à esquerda para ingresso na avenida Getúlio Vargas, na qual a vítima tentava a travessia da rua, por sobre a faixa de pedestre.*

*Inobstante as alegações da seguradora, inexistente qualquer elemento de prova a apontar culpa exclusiva da vítima ou culpa concorrente.*

*Isto porque, a pedestre caminhava por sobre a faixa de pedestre, tendo iniciado a travessia sem qualquer veículo nas proximidades, ao que se aproximou o veículo ofensor, efetuando manobra à esquerda e colendo a transeunte.*

*A perícia técnica ( laudo às folhas 585/603 ) atestou que a condutora estava desatenta ao volante, não verificando a presença da pedestre no cruzamento da via. Também declarou que não é possível visualizar pelas imagens se a vítima falava o celular ou efetuava qualquer atitude que lhe tirasse a atenção.*

*Assim, comprova-se que a travessia havia sido iniciada momentos antes do início da conversão pela condutora do automóvel, assim atentando contra o dever dar a preferência de passagem.*

*Também há ofensa ao Código Brasileiro de Trânsito quanto à obrigação de cuidado com veículos de menor porte e pedestres.*

*“Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas:*

*(... )*

*§ 2º Respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas neste artigo, em ordem decrescente, os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres.*

*Sobre a preferência do pedestre ao iniciar travessia sobre a faixa:*

*“Art. 70. Os pedestres que estiverem atravessando a via sobre as faixas delimitadas para esse fim terão prioridade de passagem, exceto nos locais com sinalização semafórica, onde deverão ser respeitadas as disposições deste Código.”*

*E ainda, sabido que os condutores devem redobrar a atenção nas proximidades de cruzamentos de vias:*

*“44. Ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento, o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial, transitando em velocidade moderada, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de preferência.”*

*Por tais fundamentos, configura-se a culpa da condutora requerida, causa eficiente do acidente fatal que lamentavelmente vitimou a familiar dos requerentes.*

*Nesta toada, não há elemento de prova a apontar desatenção ou violação às leis de trânsito pela pedestre, devendo ser mantida a condenação.*

*A seguradora alega ausência de previsão da apólice para garantia de condenação da segurada ao pagamento de danos morais causados a terceiros.*

*Como bem delineado pela sentença, consta na apólice de folha 389 cobertura de indenização para Responsabilidade Civil Facultativa Por Danos (sem descrever a natureza dos danos) no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); cobertura diversa (mais ampla) do que aquela prevista na apólice para Responsabilidade Civil Facultativa Por Danos Materiais no importe de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais),*

*Depreende-se da apólice, portanto, a existência de dois tipos de cobertura, uma para reparação por danos materiais e outra, mais ampla, para reparação de danos, genericamente definida, na qual deve ser considerada estar contida cobertura para danos morais, haja vista a total inexistência de exclusão de cobertura na apólice para danos morais.*

*Acrescenta-se que nos termos da Súmula 402 do Colendo Superior Tribunal de Justiça:*

*“O contrato e seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão.”*

*Assim, havendo previsão de cobertura “de danos” na apólice diferente daquela prevista para “danos materiais”, e não existindo previsão na apólice cláusula expressa excluindo cobertura para danos morais, a seguradora denunciada deve arcar com a condenação suportada pelos denunciantes a esse título.*





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*Diante da gravidade dos fatos, com óbito da vítima, inquestionavelmente restam configurados os danos morais.*

*Para a quantificação do valor da reparação, atento ao porte econômico dos envolvidos, natureza do evento danoso, com falecimento de pessoa de 30 ( trinta ) anos de idade, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, destinando-se a minorar a dor pela perda de ente familiar, reputa-se adequada a quantia de R\$ 200.000,00 ( duzentos mil reais ), dividida entre os 03 ( três ) requerentes, na forma da sentença, o que se encontra em consonância com os precedentes desta 25ª Câmara de Direito Privado.*

*Por todos os fundamentos mencionados, deve ser mantida a sentença de procedência da ação e da lide secundária, onde a seguradora, por via contratual ( contrato de seguro ), responderá pelo capital segurado cujo limite está previsto no trato securitário.*

*Rejeitado o apelo, é devida a majoração a que alude o parágrafo 11 do artigo 85 do Código de Processo Civil, de R\$ 4.000,00 ( quatro mil reais ) para R\$ 4.200,00 ( quatro mil e duzentos reais ).*

***Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso de apelação da seguradora denunciada, devida a majoração da honorária advocatícia prevista no parágrafo 11 do artigo 85 do Código de Processo Civil, nos moldes desta decisão.***

**MARCONDES D'ANGELO**  
**DESEMBARGADOR RELATOR**